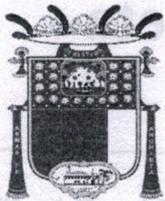


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 8ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2019. Às dezoito horas do dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, que iniciou, sob a presidência do Vereador Cleber Oliveira da Silva, que após ter declarada aberta a sessão, solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, onde se verificou a presença de todos, exceto do vereador Sérgio Luiz da Silva Jesus, que estava de atestado médico. Após, o Sr. Presidente, submeteu à votação da ata da sessão ordinária anterior do dia 18/06/2019, que foi aprovada por unanimidade. Após, foi lido o material do expediente, onde constava: 1) Indicações nºs 424/2019, 430/2019 e 431/2019 de autoria do vereador Alexandre Assad; 2) Indicações nºs 426/2019, 427/2019 e 428/2019 de autoria do vereador José Maria Brandão; 3) Indicações nºs 423/2019 e 425/2019 de autoria do vereador Sérgio Luiz da Silva Jesus; 4) Indicações nºs 433/2019, 434/2019, 435/2019 e 436/2019 de autoria do vereador Richard Costa; 5) Indicações nºs 429/2019 e 432/2019 de autoria da vereadora Tereza Mezdari; 6) Indicações nºs 437/2019 e 438/2019 de autoria do vereador Tássio Brunoro; 7) Requerimento nº 51/2019 de autoria do vereador Beto Caliman, que foi aprovado por unanimidade; 8) Requerimento nº 53/2019 de autoria do vereador Renato Lorencini, que foi aprovado por unanimidade; 9) Moção nº 69/2019 de autoria do vereador Serginho, que foi aprovada por unanimidade; 10) Moção nº 70/2019 de autoria da vereadora Tereza Mezdari, que foi aprovada por unanimidade; 11) Moção nº 72/2019 de autoria do vereador Tássio Brunoro, que foi aprovada por unanimidade; 12) Moção nº 68/2019 de autoria do vereador Serginho, que foi aprovada por unanimidade; 13) Moção nº 71/2019 de autoria do vereador Richard Costa, que foi aprovada por unanimidade; 14) Moção verbal de Aplausos autoria do vereador José Maria Brandão aos Organizadores da Caminhada de Jabaquara ao santuário. A Moção foi submetida a votação do Plenário e aprovada por unanimidade; 15) Projeto de Lei Complementar nº 19/2019 – Dispõe sobre a denominação do prédio público que abriga a Secretaria Municipal de Agricultura e os escritórios locais do IDAF, INCAPER, INCRA e SEFAZ no município de Anchieta, de autoria do vereador Renato Lorencini; 16) Prestação de Contas nº 28/2019 – Prestação de Contas do Termo de colaboração nº 01/2017 – Prefeitura Municipal/MEPES – Creches – referente à oitava parcela do 3º termo aditivo no valor de R\$ 65.885,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais); 17) Tribuna Livre nº 11/2019 – Solicitação para uso da Tribuna Livre do Cel. Leonardo Marchezi dos Reis para apresentação das ações no “Movimento Maio Amarelo”, realizados no município de Anchieta. Após, o Sr. Presidente passou a hora destinada aos senhores oradores, que de acordo com artigo 193, item V do Regimento Interno, passaram a fazer uso dos seus dez minutos de pronunciamento. **O primeiro vereador a fazer uso da palavra foi o vereador Beto Caliman**, que cumprimentou a todos. Reforçou sobre a inconstitucionalidade de pagamentos de honorários de sucumbência para advogados públicos, ainda mais quando vemos na prefeitura nenhum advogado efetivo. Disse através do projeto de lei nº 33/2019 de sua autoria, que revoga a lei 1109 de 22 de outubro de 2015, quer aqui corrigir um erro que foi cometido no município, que, o advogado mesmo sem estar ajuizado recebe os honorários do contribuinte. Então, os honorários de sucumbência para advogados públicos têm sido cortados por decisões de vários tribunais federais. E agora, temos o posicionamento firme da Procuradora Geral da República. Falou que além dos fortes indícios, a lei 1109 de 2015 causou cobranças indevidas de honorários de dívidas que nunca foram ajuizadas. E são essas dívidas que os

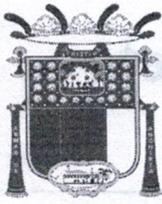


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

advogados cobram. Disse ainda que, esses advogados formaram até uma associação para poderem receber esses honorários. É uma vergonha, um absurdo, o contribuinte, além de ficar sofrendo em nosso município com desemprego, tem que ir lá pagar seu IPTU que está atrasado porque não teve condições de pagar ano passado, e ter que pagar honorários para advogados, advogados que já recebem do erário. Isso é um absurdo e tem que acabar. Continua aqui defendendo a revogação desta lei, e espera que os seus colegas também defendam a inconstitucionalidade dos honorários destes advogados. Continuando, disse que observou que o vereador Renato fez um requerimento ao Prefeito pedindo explicações sobre o Consórcio CIM, portanto informa aos colegas vereadores que está disponível para assinatura dos vereadores que desejarem, no sistema Câmara sem Papel o pedido de abertura da CPI do Consorcio Cim, de sua autoria. Disse que está solicitando dos vereadores que passem o consorcio e o município a limpo, porque têm que dar satisfação ao povo e aos eleitores. Devem ir a fundo neste Consórcio, pois já foram afastadas pessoas deste, e têm que realmente apurar tudo, pois o dinheiro do contribuinte não é capim. E doa a quem doer.

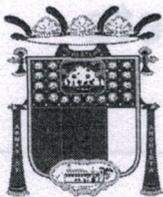
Após, fez uso da palavra o vereador Professor Robinho que cumprimentou a todos, a imprensa através do Guto e, em especial, ao Coronel Marchezi, hoje a frente da Guarda municipal, que tem demonstrado bons resultados. E agora com esta campanha Maio Amarelo, uma atitude que o deixa muito feliz é que houve uma integração com a educação e outras secretarias. Disse que hoje, sua pauta é para agradecer a presteza e a cooperação da Secretaria de Educação de Piúma, pois no dia 17, protocolou lá um pedido, referente a um servidor que é deste município e que também trabalha no município de Piúma. Então, protocolou lá e no dia 19 obteve a resposta, concernente ao nosso Secretário de Educação. Esse secretário foi nomeado no dia 1º de abril e recebeu em seu gabinete um fato que foi checar e realmente, essa informação procede. Esse servidor está de licença em Piúma, recebendo lá pelo INSS, pois não tem instituto próprio, e aqui ele está trabalhando. Então, para lá, esse servidor está doente e recebe pelo INSS, mas aqui ele está apto ao trabalho, tanto que está apto, que recebeu extensão de jornada, nada mais do que horas extras. Está no portal da transparência. É algo que preocupa, pois, esse servidor estava de licença até dia 07 de maio. Foi nomeado no dia 1º de abril e sem o documento de cessão para este município. O que espanta é que a cessão dele só saiu quando este vereador fez o pedido ao prefeito para que encaminhasse a cópia da cessão desse servidor. Este vereador protocolou o pedido dia 14 e a cessão saiu no dia 17. Causa um certo estranhamento esta celeridade. Traz isso à tona isto porque, temos um professor DT com dificuldade, que foi cortado dele, bem como dos comissionados o ticket alimentação. E aquele servidor recebendo essas vantagens. Inclusive, recebeu pouco mais de dois meses como secretário e pelo INSS. Espera que o governo se pronuncie, que dê uma resposta em relação a este fato. E quando lá trás um professor teve que sair daqui para trabalhar em Limeira, esses professores não puderam ter tal benefício, pois o edital não previa. Não houve consenso do governo com os professores, mas para dar determinados privilégios a algumas pessoas a gente vê que o governo é bonzinho. E está aqui apurando algo ainda maior em relação a este servidor. E mais adiante dará mais informações. **Em seguida, fez uso da palavra o vereador Renato Lorencini** que cumprimentou a todos, em especial, ao Coronel Marchezi, parabenizando pela condução dos trabalhos na Campanha Maio Amarelo. Iniciou falando que semana passada houve algumas falas de vereadores em relação ao Consórcio e baseado nisso, tomou a liberdade de fazer um requerimento ao Prefeito municipal para que possam compreender e entender melhor essa questão do Consórcio Expandida sul. Disse que têm um monte de informação, mas não



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

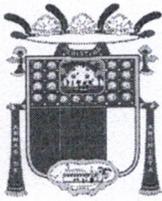
informação de concreto, do município, do Executivo. E se lembra que lá trás, não deflagraram este debate porque fizeram um combinado de que, a controladoria do município fizesse auditoria e ajudasse a entender a situação do consórcio. E neste sentido, gostaria de pedir ao Controlador Luiz, ao Prefeito que pudessem acelerar essa auditoria, tendo em vista a situação que ainda não possuem resposta. Fez este requerimento porque teve um recurso que ficou no caixa do consórcio e aqui tiveram várias dúvidas: Como esse recurso novamente foi prestado em serviço? Se existe algum crédito no consorcio municipal. Quais providências que o município e o consórcio tomaram em relação a questão do afastamento, da questão da investigação do MP nas questões do consórcio. Então, tem aqui várias perguntas e acredita que em breve terá essas respostas. Voltará esta tribuna novamente para esclarecer e entender melhor. O vereador Beto assinou um pedido de abertura de uma CPI, então, este vereador gostaria de receber estas respostas primeiro, até para entender melhor quais as decisões que devem tomar. Porque pelo que entendeu o vereador Beto está na linha do saldo remanescente que estava no consórcio. Então, volta a falar novamente sobre isso, assim que tiver as respostas, e esclarecerem de vez esta dúvida. Falou ainda sobre um problema vivido no interior, e que acontece mais no período da colheita, mas que está acontecendo o ano inteiro. Disse que quando conseguem segurar na cidade, os bandidos correm para o interior, pois é mais fácil, está mais longe, o povo ainda é mais inocente, mais honesto, mais sincero, ainda acha que todos são como as pessoas que vivem lá. E tem vários relatos de roubos que tem acontecido no interior. E fez uma solicitação ao Prefeito, e na época, ao Gerente de Segurança, para que tivessem uma base da guarda no interior. Entende a necessidade porque estando já no interior, próximo a BR teriam mais facilidade no momento em que forem solicitados. Fora, que se houver uma base no interior, a pessoa que for fazer o roubo vai pensar duas vezes, porque saberá que a segurança vai estar perto. Pediu ao Coronel Marchezi, que leve esta demanda ao Prefeito Fabrício, para que o mais rápido possível, possa atender essa solicitação das pessoas que moram no interior e que não tem mais paz e estão amedrontados por causa dessa situação que tem vivido nesses últimos tempos. **Logo após, fez uso da palavra o vereador José Maria Brandão**, que cumprimentou a todos, em especial, toda guarda municipal, o Coronel Marchezi, Zequinha, Amilton e o Renato Melotti que aqui estava. Disse que, reforçando o pedido do vereador Renato, realmente vê no interior uma certa deficiência não por falta de participação. Mas infelizmente, ao apertar a cidade, os meliantes vão para o interior para praticar furto, o que tem trazido bastante preocupação. E quando pensam em segurança devem pensar no contexto geral. Cada um tem sua opinião, e respeita a de todos, mas acha que a comunidade de Jabaquara seria um ponto específico para a guarda ter uma base, porque estria atendendo as comunidades. Fica preocupado, porque o sinal de internet, de comunicação no município é muito ruim, por exemplo, se tiver em Jabaquara e para conseguir falar no celular é uma dificuldade muito grande. Em Belo Horizonte, Goembê, piorou. E no começo da gestão, tentou ver se trazia para o município um projeto de internet. E conseguiram transferir uma verba pequena para ajudar na parte da comunicação de internet das comunidades de Belo Horizonte e Goembê, mas infelizmente, não conseguiram o objetivo. O repasse foi efetuado, mas ainda não conseguiram o objetivo. Depois disso, no final do ano passado, conseguiram mudar todo projeto da empresa que fornece internet na comunidade, de fazer uma coisa maior. E a empresa queria apenas que a prefeitura facilitasse a instalação de uma torre de internet no Monte Urubú, com alcance de 360 graus, e oferecia no projeto o sinal de internet para segurança do município, e que com certeza atenderia outras comunidades, porque este



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Monte está a 342 metros de altura. Mas, semana passada viu algumas movimentações na comunidade de Belo Horizonte, na altura de mais ou menos cem metros de altura, onde estão tentando instalar uma torre. Conseguiu falar com o pessoal da TI da prefeitura, conversou com pessoal de meio ambiente que também disse que não sabem de nada. Mas, é a máquina da prefeitura que está fazendo a base, e esse serviço está sendo feito as sextas e aos sábados na comunidade. Gostaria de parabenizar, pois acha que é prefeitura mesmo que está fazendo, acha que, querem fazer uma surpresa para a comunidade e está fazendo o projeto devagar, mas está fazendo. Quer agradecer aas pessoas que estão por detrás desta situação, pois a reivindicação que fez de certa forma, está sendo atingida. Agradeceu ao Prefeito por estar na frente da instalação desta torre. Quer agradecer aquelas pessoas que estão de frente a este projeto, mesmo que sejam às escondidas, porque acha que tem um pouco de política no meio, e sabem que tem, mas de qualquer forma parabeniza quem está de frente a este projeto. Parabenizou ainda ao Governador do Estado, porque se não se engana, comprou cinquenta viaturas, e o município de Anchieta foi contemplada com uma viatura para polícia civil. Parabenizou também a Caminhada dos Passos de Anchieta que foi um sucesso, mas trazendo uma grande preocupação, pois as notícias que chegam é que ano que vem, provavelmente nem vai ter, por falta de patrocinador, por falta de interesse do estado, de parte do município. Enfim, foi bom a pessoa que está à frente da organização ter falado isso, porque cabe ao município de Anchieta correr atrás disto. E se querem realmente desenvolver o turismo no município devem abraçar esta causa e ir em busca de informações para saber realmente o que aconteceu. Agradeceu a guarda municipal e a polícia militar pelo apoio na caminhada, que fizeram de Jabaquara até o Santuário, bem como a Secretaria de Saúde que enviou uma ambulância para auxiliar. Uma caminhada muito bela e convida as pessoas para procurarem e participarem mais destes eventos, que é um evento de saúde, de espiritualidade e traz paz aos que participam. **Após, fez uso da palavra o vereador Alexandre Assad** que cumprimentou a todos e disse que essa semana, vimos nos jornais uma notícia que muito alegre a nossa região: a construção por parte da Companhia Vale do Rio Doce de um ramal ferroviário, ligando Cariacica até Ponta de Ubú. A construção desse ramal consta como contrapartida no contrato que está para ser assinado entre a ANTT e a própria Vale do Rio Doce. E que será muito importante para nossa região, pois com isso finalmente ganharíamos um diferencial competitivo, que hoje perde muito na captação de empreendimento industriais para o norte. Esse ramal ferroviário seria um diferencial logístico para estarem tentando viabilizar para a região um polo industrial e trazer novos investimentos. E só se preocupa com o fato de que esse ramal não consta no acordo como contrapartida obrigatória para renovação da concessão da estrada de ferro Vitória Minas. É apenas uma opção que é dada a Companhia Vale do Rio Doce, caso ela opte para o uso da outorga que ela tem de pagar à União no investimento nesse ramal. Hoje, a contrapartida obrigatória que consta no contrato, se resume a construção da ferrovia de integração do centro oeste, dos estados de Mato Grosso, Goiás, quer dizer, os impactos ambientais, ambientais, socioeconômicos, e a compensação obrigatória se dá na região centro oeste. É preciso então, muita atenção de nossa bancada federal, pois o contrato ainda não foi assinado, ainda está em termos de acordos, de conversações, para que a contrapartida da construção do ramal ferroviário de Cariacica até a Ponta de Ubú também se torne obrigatória no contrato. É necessário que se torne obrigatório, que conste no contrato essa contrapartida, pois é apenas uma opção. É também necessárias articulações da bancada federal, junto ao governo federal, para que essa ferrovia venha a ter um uso compartilhado,



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

um uso misto e não exclusivo da Companhia Vale do Rio Doce. Precisam lutar por estas duas bandeiras, e faz um apelo a nossa bancada federal, um apelo especial a Deputada Federal Soraya Manatto, que prestemos atenção e façamos a exigência junto ao governo federal, junto a ANTT, para que em primeiro lugar a contrapartida para a construção desse ramal ferroviário torna-se obrigatório no contrato; e em segundo lugar, exigir que no contrato conste a condição de que a rodovia será de uso compartilhado. Assim, garantiremos um diferencial econômico para nossa região, e poderemos usar essa ferrovia para captação de novos empreendimentos industriais, o que garantirá um desenvolvimento sustentado e continuado aqui para nossa região. E o município de Anchieta também já tem de estar preparado para receber empreendimento deste porte. É necessário que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tenha projetos e ações, no sentido de se pensar num polo industrial, numa legislação específica de incentivos fiscais. É hora de planejarmos um futuro que pode acontecer brevemente. Após, **o Sr. Presidente passou a ordem do dia:** Em 1ª Discussão: 1) Projeto de Lei nº 13/2019 – Institui o Dia Municipal de Combate ao Femicídio e dá outras providências, de autoria do vereador Tássio Brunoro. Em 2ª Discussão: 1) Projeto de Lei Complementar Nº 3 /2019 - Extingue o parágrafo único do Art. 152, altera os Artigos 144, 145, 147, 149, 152, o caput e os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 153 e o parágrafo único do Art. 158, acrescenta os incisos I, II e III ao Art. 145 e os parágrafos 1º e 2º ao Art. 147 na Lei Municipal 123/2002, que estabelece o Código Tributário, e dá outras providências, de autoria do vereador Renato Lorencini. Em Votação: 1) Projeto de Lei Nº 12 /2019 - Incentiva o Projeto “Esporte Paraolímpico nas Escolas” e dá outras providências, de autoria do vereador Beto Caliman, que foi aprovado por unanimidade; 2) Projeto de Lei Nº 27 /2019 - “INSTITUI, o mês Maio Laranja e o Dia Municipal de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Município de Anchieta e dá outras providências”, de autoria do vereador José Maria Brandão. E, não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão. E, para constar, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, juntamente com o Sr. Presidente e demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
MESA DIRETORA

Cleber Oliveira da Silva Presidente

Geovani M. Louzada Vice-Presidente

Roberto Quinteiro Bertulani Secretário

Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



com uso misto e não exclusivo da Companhia Vale do Rio Doce. Precisam lutar por estas duas bandeiras e faz um apelo a nossa bancada federal, um apelo especial a Deputada Federal Soraia Mattoso, que prestamos atenção e fazemos a exigência junto ao governo federal, junto a ANTT, para que em primeiro lugar a contrapartida para a construção dessa linha ferroviária tornasse obrigatório no contrato, e em segundo lugar, exigir que no contrato conste a condição de que a rodovia seja de uso compartilhado. Assim, garantimos um diferencial econômico para nossa região, e poderemos usar essa ferrovia para captação de novos empreendimentos industriais, o que garante um desenvolvimento sustentável e continuado aqui para nossa região. É o município de Anchieta também já tem de estar preparado para receber empreendimento deste porte. É necessário que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tenha projetos e ações no sentido de se passar um polo industrial, numa legislação específica de incentivos fiscais. É hora de planejarmos um futuro que pode acontecer previamente. Após, o Sr. Presidente passou a ordem do dia: Item 1º - Discussão: 1) Projeto de Lei nº 1232019 - Institui o Dia Municipal de Combate ao Femicídio e dá outras providências, de autoria do vereador Tássio Brunoro. Em 2º Discussão: 1) Projeto de Lei Complementar nº 323019 - Extingue o parágrafo único do Art. 152, altera os artigos 144, 145, 147, 149, 152, o caput e os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 153 e o parágrafo único do Art. 158, acrescenta os incisos I, II e III ao Art. 145 e os parágrafos 1º e 2º ao Art. 147 na Lei Municipal 1232002, que estabelece o Código Tributário, e dá outras providências, de autoria do vereador Renato Lorenzi. Em Votação: 1) Projeto de Lei nº 1232019 - Incentiva o Projeto "Esporte Paralímpico nas Escolas" e dá outras providências, de autoria do vereador Beto Caliman, que foi aprovado por unanimidade; 2) Projeto de Lei nº 3232019 - "INSTITUI o mês Maio Laranja e o Dia Municipal de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Município de Anchieta e dá outras providências", de autoria do vereador José Maria Brandão. E, não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão. E, para constar, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, juntamente com o Sr. Presidente e demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
MESA DIRETORA

Cleber Oliveira da Silva - Presidente
Geovani M. Louzada - Vice-Presidente
Roberto Quintão - Secretário